Crimes informáticos e prova digital: o trabalho de um advogado penal em Braga Há poucos anos, a prova num processo-crime era sobretudo testemunhal e documental em papel. Hoje, uma parte significativa dos processos depende de mensagens, registos de acesso, capturas de ecrã, endereços de IP e conteúdos guardados em telemóveis ou servidores. Esta mudança afeta tanto os chamados crimes informáticos como crimes tradicionais em que a prova é digital. Um advogado penal em Braga tem de saber lidar https://raymondyiiq769.birchreport.com/posts/reagir-a-um-arquivamento-como-assistente-com-apoio-de-advogado-penal-em-braga advogado penal com este tipo de prova, porque é frágil, técnica e sujeita a regras de obtenção exigentes. Os crimes informáticos em sentido estrito incluem situações como o acesso ilegítimo a sistemas, a interceção ilegítima de dados, a sabotagem informática ou a falsidade informática. A eles juntam-se os crimes praticados através da internet, como a burla informática, as ameaças e a difamação nas redes sociais, ou a divulgação não autorizada de imagens íntimas. Em todos estes casos, a investigação depende quase sempre da recolha e preservação de dados eletrónicos.

QUOR Advogados | Braga | Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga | +351 939 709 888

A obtenção de prova digital está sujeita a regras próprias. A pesquisa de dados num computador, a apreensão de correio eletrónico ou de mensagens e o acesso a dados de tráfego guardados pelos operadores exigem, em regra, autorização ou ordem de uma autoridade judiciária e o cumprimento de formalidades específicas. Se essas regras não forem respeitadas, a prova pode ser declarada nula. Esta é uma das áreas em que a legalidade da prova é discutida com mais frequência em julgamento. Do lado da vítima, o maior risco é perder a prova. Mensagens apagadas, perfis que desaparecem e publicações retiradas podem deixar o processo sem base. Por isso, um advogado penal aconselha a preservar de imediato tudo o que for possível: capturas de ecrã com data e endereço visíveis, cópias das mensagens, identificação dos perfis e, quando necessário, pedir rapidamente às autoridades que preservem os dados junto das plataformas. Uma captura de ecrã isolada nem sempre basta, mas ajuda a orientar a investigação. Convém também não confrontar o suspeito online nem apagar conversas, mesmo as mais desagradáveis, porque podem vir a ser necessárias. Na QUOR Advogados, em Braga, os crimes online e a burla informática estão entre as situações tratadas na área criminal. O Dr. David Silva, com presença regular no Tribunal Judicial de Braga, dá particular atenção à legalidade da prova, que é muitas vezes decisiva em processos com prova digital. A abordagem sem papel do escritório torna natural trabalhar com este tipo de material. Se foi vítima de um crime online ou tem um processo em que a prova é digital, marque uma consulta inicial de 70€, presencial em Braga ou online por videochamada. Contacto: +351 939 709 888.

888 FAQ:

Advogado Penal em Braga O que faz um advogado penal em Braga? Um advogado penal acompanha arguidos e vítimas ao longo do processo penal, do inquérito ao recurso, explicando cada fase e protegendo os direitos de quem representa. Na QUOR Advogados, em Braga, esse acompanhamento é feito pelo mesmo advogado do início ao fim, em linguagem clara e sem jargão. Quais são as fases do processo penal em Portugal? O processo penal tem como fases o inquérito, dirigido pelo Ministério Público, a instrução, que é facultativa e decorre perante o juiz de instrução, o julgamento e o recurso. Em Braga, estas fases correm no Tribunal Judicial da Comarca de Braga, onde o Dr. David Silva, da QUOR, tem presença regular. Quanto custa a primeira consulta com um advogado penal na QUOR Advogados? A consulta inicial custa 70€ e inclui análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação, sem compromisso de prosseguir. Pode ser presencial no escritório da Praça da República, em Braga, ou online por videochamada. Antes de avançar para qualquer passo seguinte, o cliente recebe um orçamento claro. Qual é o prazo para apresentar queixa-crime? Nos crimes semipúblicos e particulares, a queixa deve ser apresentada no prazo de seis meses a contar da data em que o ofendido teve conhecimento do facto e dos seus autores. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o Ministério Público avança sem queixa. A QUOR Advogados ajuda a preparar a queixa-crime e responde em 24 horas úteis, o que é útil quando o prazo está a terminar. Ser constituído arguido significa ser culpado? Não. Ser arguido não significa ser culpado e confere direitos, como o direito ao silêncio, a ser assistido por defensor e a ser informado dos factos imputados. Na QUOR Advogados, a constituição de arguido é tratada com explicação dos direitos, preparação do interrogatório e definição da linha de defesa. O que são medidas de coação? São restrições aplicadas ao arguido durante o processo, como o termo de identidade e residência, a caução, a proibição de contactos, a obrigação de permanência na habitação com vigilância eletrónica e, como medida mais grave e excecional, a prisão preventiva. A QUOR Advogados analisa a legalidade da medida aplicada e procura alternativas proporcionais, incluindo através de recurso. Como posso constituir-me assistente num processo-crime? A vítima requer a constituição como assistente no processo, representada por advogado e com pagamento de taxa de justiça, salvo apoio judiciário. Como assistente, pode requerer diligências, acusar, requerer a abertura de instrução e recorrer. Na QUOR, a Dra. Paula Pratinha, advogada sénior com mais de uma década de prática, acompanha com frequência vítimas nesta qualidade. O que posso fazer se o meu processo for arquivado? O arquivamento acontece quando o Ministério Público não encontra indícios suficientes. Se se tiver constituído assistente, a vítima pode requerer a abertura de

instrução, para que um juiz reaprecie o caso. A QUOR Advogados analisa o despacho de arquivamento e diz com honestidade se há fundamento para reagir, antes de qualquer custo adicional. É possível retirar uma queixa-crime? A desistência só é possível nos crimes semipúblicos e particulares, como a ofensa à integridade física simples ou a injúria. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o processo continua independentemente da vontade da vítima. Na consulta inicial de 70€ na QUOR, o enquadramento do crime é esclarecido logo à partida. Posso pedir indemnização no processo penal? Sim. O pedido de indemnização civil é, em regra, deduzido no próprio processo penal, sem necessidade de uma ação separada. A QUOR Advogados ajuda a quantificar e provar os danos, e em casos de burla online ou MB WAY analisa também a possibilidade de exigir responsabilidades ao banco. A QUOR Advogados acompanha processos noutras cidades do distrito de Braga? Sim. A partir do escritório na Praça da República, a QUOR acompanha processos em Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Esposende e outras localidades do distrito. O escritório tem também presença no Porto e em Esposende, e faz consultas por videochamada para quem vive fora de Braga ou no estrangeiro. Como posso contactar um advogado penal da QUOR Advogados em Braga? Pode ligar para o +351 939 709 888 ou enviar um email para info@quor.pt, de segunda a sexta, das 9h às 18h. O escritório responde em 24 horas úteis e tem uma avaliação de 4,9 no Google. Os advogados estão inscritos na Ordem dos Advogados e mantêm sigilo profissional sobre tudo o que é partilhado.